

HABEAS CORPUS Nº 491.489 - SP (2019/0029912-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
WESLEY SANCHES PINHO - SP331671
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : OTÁVIO DE PAIVA (PRESO)
OUTRO NOME : OTÁVIO PAIVA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de OTÁVIO PAIVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2005949-10.2019.8.26.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 16/01/2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/06 (tráfico de entorpecentes) e a custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *writ* perante a Corte estadual que denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 66):

Habeas Corpus. Tráfico de entorpecentes. Apreensão de 37 porções de maconha e dinheiro. Paciente que teria sido preso recentemente por idêntico delito. Alegação de constrangimento ilegal. Suposta ausência de fundamentação. Descabimento. Indicadores de materialidade e autoria. Decisão suficientemente escorada em dados objetivos contidos nos autos, não se há falar em constrangimento ilegal, descabida cautelar alternativa em razão de indicadores de ocorrência que deixa perplexa a população ordeira.

Impossibilidade de se descartar, nesta quadra, sem motivo plausível, palavras de agentes do Estado, apenas em razão de suas condições funcionais. Ordem denegada.

No presente *mandamus*, alega ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Defende a aplicação de medidas cautelares diversas da segregação diante das circunstâncias pessoais favoráveis do paciente, que, em caso de eventual condenação, poderá ser beneficiado com o regime prisional aberto.

Requer em liminar e no mérito, a revogação da custódia antecipada com aplicação das cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Indeferida a liminar (fls. 85/86) e prestadas informações (fls. 92/95), o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (fls. 137/144).

É o relatório.

Decido.

O *writ* está prejudicado.

Isso porque, em consulta ao sistema informatizado do Tribunal de origem constatou-se que, no dia 1/4/2019, nos autos da Ação Penal n. 1500197-11.2019.8.26.0196, foi concedida liberdade provisória ao ora paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

Assim, não há como negar a perda superveniente do objeto deste *habeas corpus*, tendo em vista ter cessado as circunstâncias determinantes da impetração.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator